Ofício nº 01/2021Fonasefe

Brasília, 1º de fevereiro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor

**Deputado Federal Arthur Lira**

Candidato à Presidência da Câmara dos Deputados

Câmara dos Deputados

Brasília – Distrito Federal

**Assunto: apresenta posicionamento sobre questões de interesse do funcionalismo público, contra a reforma administrativa, contra as privatizações dos serviços públicos e em defesa da imunização de todos os brasileiros e brasileiras contra a Covid-19.**

Senhor Candidato,

**O FONASEFE - Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais,** composto pelas centrais sindicais (CGTB; CSP/CONLUTAS; CTB; CUT, e INTERSINDICAL) e entidades nacionais representativas do funcionalismo federal ANDES-SN – ANFFA-Sindical – ASFOC-SN – ASMETRO-SN – ASSIBGE-SN - CNTSS – CONDSEF – CSPB - FASUBRA - FENAJUFE – FENAPRF – FENASPS – PROIFES – SINAIT – SINAL - SINASEFE – SINDCT - SINDIFISCO-Nacional – SINDIRECEITA – SINTBACEN – UNACON-Sindical, **vêm perante Vossa Excelência apresentar o posicionamento das entidades aqui relacionadas sobre questões importantes para o conjunto do funcionalismo público, bem como para toda a sociedade brasileira.**

Defendemos que, em sendo eleito Presidente dessa Casa Legislativa, Vossa Excelência possa atuar em defesa da população brasileira, atuando para garantir a ela o direito à vida, com empresas públicas fortalecidas e atuantes na prestação de serviços públicos de qualidade, e na garantia da imunização de todos os brasileiros e brasileiras contra a Covid-19.

O Brasil vivencia um contexto de agravamento da crise sanitária que em grande medida está associado a falta de ações efetivas do governo no combate a pandemia. Temos hoje oficialmente mais de 220.000 mil mortos pela Covid-19; um índice oficial de desemprego de mais de 14 milhões de pessoas; aumento expressivo da extrema pobreza; aprofundamento da precarização das condições de trabalho com aumento da informalidade fruto das consequências de políticas inadequadas que facilitaram o desemprego em tempos de crise e ao mesmo tempo coloca os servidores públicos injustamente como responsáveis pelos problemas do país, quando na verdade são solução para o enfrentamento das crises e atendimento e proteção a todos os brasileiros e brasileiras, indistintamente, por meio das diversas instituições que compõem o Estado Brasileiro.

Também repudiamos qualquer ataque às liberdades democráticas e sindicais, indispensáveis para que as instituições cumpram sua missão, especialmente em meio a uma crise sanitária e econômica, onde os sindicatos exercem importante e relevante papel na defesa dos Servidores e Serviços Públicos e, por conseguinte, defendem a sociedade brasileira destinatária dos serviços públicos.

O debate de qualquer medida deveria ser não no sentido de suprimir, mas melhorar e ampliar os serviços públicos, demanda principal do povo desta nação e imperativo para construir uma sociedade alicerçada na solidariedade e dignidade, que por Justiça Social devem ser estendidas por meio dos serviços públicos a todos os brasileiros e brasileiras.

1. **Vacina Gratuita para TODOS JÁ com auxílio emergencial enquanto durar os efeitos da pandemia!**

O Art. 5º da Constituição Federal prevê a inviolabilidade do direito à vida. No entanto, enquanto milhões de pessoas já foram vacinadas pelo mundo, no Brasil, somente agora o governo iniciou a vacinação com pouquíssimas doses aplicadas, muito aquém do necessário para que os brasileiros e brasileiras voltem as suas atividades normais e o país retome o crescimento econômico.

Quantas famílias mais irão enterrar seus mortos pela omissão do Governo Bolsonaro? Quantas famílias deixarão de tomar as vacinas, caso impere a lógica do lucro na sua aplicação?

Por isso, defendemos vacina para todos e todas já, e quarentena de verdade que proteja vidas, com garantia de emprego e renda (auxílio emergencial). É o que país precisa nesse momento em que a pandemia volta a crescer no Brasil!

1. **Contra a Reforma Administrativa**

A crise econômica e social não será resolvida destruindo o serviço público e atacando seus trabalhadores. Atacar a estabilidade do servidor e o concurso público, que garantem a impessoalidade na administração pública e impedem que o servidor fique vulnerável aos interesses dos governantes de plantão, não é uma alternativa que vise atender os interesses do povo, muito pelo contrário, essa medida visa atender o interesse do mercado, de uns poucos que suprimem o direito de muitos.

Reduzir salários de qualquer trabalhador é uma medida que além de interferir na prestação de serviços públicos a sociedade afeta a economia real aprofunda a crise econômica

Durante a pandemia ficou comprovada a importância do serviço público em várias frentes: na Saúde, na Previdência Social, no SUS, nas Eleições e em muitos outros setores que poderíamos citar.

Por que continuar insistindo nesta política de estado mínimo e ataques aos servidores, depois de a EC 95, reforma da previdência e congelamento salarial não terem causado crescimento econômico e a distribuição de renda no país, melhorando a vida da população, conforme prometido pelos Governos Temer e Bolsonaro que encaminharam essas medidas?

1. **Contra as privatizações das empresas nacionais**

Definitivamente a entrega do patrimônio nacional com a privatização, dos Correios, Embraer, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Petrobrás entre outras, não é a solução, pois estas são empresas estratégicas que não deixam o Brasil à mercê dos interesses de outros países. Esta ação governamental não tem histórico que tenha dado certo, com efeito positivo pelo mundo.

Reconhecemos a crise econômica, sanitária e social, as quais a população trabalhadora não deu causa.

A questão política central é quem pagará a conta? Não podem ser novamente os trabalhadores e trabalhadoras, em particular a população mais pobre deste país os responsáveis para pagar esse montante. Mesmo na Crise, os ricos ficaram mais ricos e o governo tem tomado constantemente medidas de preservação de seus lucros em detrimento da vida de milhões nesse país.

Os sacrifícios devem ser realizados primeiro por aqueles que detém as riquezas no país, tributando lucros e dividendos, cobrando os que não pagam seus tributos, sonegando e realizando concorrência predatória às custas de recursos públicos indispensáveis para todos os brasileiros e brasileiras

Precisamos de medidas efetivas como taxação das grandes fortunas, a suspensão do pagamento da dívida pública com sua auditoria, a revogação da EC 95/2016 para garantir maior investimento em saúde e educação e a retirada de tramitação da reforma administrativa/Plano mais Brasil.

**É urgente a garantia da Vacina Gratuita e para Todos e Todas!**

Por tudo isso, o funcionalismo público espera que Vossa Excelência, ao ser eleito presidente dessa Casa Legislativa, adote medidas concretas atuando junto aos parlamentares da Câmara e do Senado e aos demais poderes no sentido de suspender o genocídio brasileiro, pois é inaceitável conviver com o desastre humanitário como aconteceu no Amazonas, com a falta de oxigênio e vacinas para todos, situação que poderá alcançar outras regiões do país se o problema não for enfrentado imediatamente.

Lembramos também do apagão que ocorreu recentemente no Amapá, fruto do descaso que empresas privatizadas tem com o país e seus cidadãos, razão pela entendemos que os serviços públicos estratégicos devem ficar sob o controle do Estado brasileiro.

Dessa forma, as entidades do funcionalismo público dos três Poderes reunidas no Fonasefe, as centrais sindicais e os movimentos sociais e populares estão hoje, dia 1º de fevereiro de 2021, dia de eleição dos Presidentes da Câmara e do Senado, realizando um dia nacional de lutas em Defesa de Vacina Gratuita para Todos e Todas Já, contra a Reforma Administrativa e as privatizações dos Serviços Públicos.

Respeitosamente,

**Entidades do Fonasefe**